

AS PROVAS RETÓRICAS NO DISCURSO DELIBERATIVO: UMA ANÁLISE DE PRONUNCIAMENTOS DE WINSTON CHURCHILL

Ana Lúcia Magalhães
Éber José dos Santos

*Quanto à guerra e à paz, é preciso conhecer
o poder da cidade, quanta força já tem e a
quanta pode chegar, a natureza das forças
que tem à sua disposição e as que
podem acrescentar.*

Aristóteles (s/d.)

RESUMO

Este artigo propõe uma análise retórica do Discurso Deliberativo e busca responder à questão central: de que forma os elementos persuasivos influenciam na qualidade da deliberação pública. Visamos aprofundar o referencial teórico de forma a detalhar os modos de persuasão do *ethos*, *pathos* e *logos* em uma aproximação com a teoria do Discurso Político em Charaudeau. A metodologia descreve o *corpus* de análise – dois fragmentos de discursos de Winston Churchill, estadista britânico – e o método é uma análise retórica que garanta a validade do estudo. Os autores tratados foram Aristóteles (s/d), Cícero, Quintiliano, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999) e Charaudeau (2006). Os resultados apresentam a identificação da frequência e função dos elementos retóricos e deliberativos empregados pelo orador. Ao final, confrontamos os achados empíricos com o quadro teórico e avaliamos as implicações políticas e sociais da retórica do discurso deliberativo observados na formação de consenso ou polarização e na capacidade de uma deliberação racional e informada.

Palavras-chave: Retórica. Provas retóricas. Discurso deliberativo.

ABSTRACT

This article proposes a rhetorical analysis of Deliberative discourse to answer the central question: how do persuasive elements influence the quality of public deliberation? We aim to deepen the theoretical framework to detail the modes of persuasion of *ethos*, *pathos*, and *logos* in an approach aligned with Charaudeau's theory of Political Discourse. The methodology describes the corpus of analysis – two speeches by Winston Churchill – and the method is a rhetorical analysis that ensures the validity of the study. The results present the analysis with the identification of the frequency and function of the rhetorical and deliberate elements employed by the speakers. In the end, we confront the empirical findings with the theoretical framework and evaluate the political and social implications of the rhetoric of deliberative discourse observed in the formation of consensus or polarization and in the capacity for rational and informed deliberation. The authors addressed were Aristotle (n.d.), Cicero, Quintilian, Perelman and Olbrechts-Tyteca (1999), and Charaudeau (2006).

Keywords: Rhetoric. Rhetorical proofs. Deliberate discourse.

Considerações iniciais

A política contemporânea é marcada por diversas disputas de poder, ora por meio dos debates, a exemplo da civilização grega que se reunia na Ágora, ora pelo uso da força, que culmina em guerras sangrentas como as que ficaram registradas na História: entre tantas, as 1ª e 2ª Guerras Mundiais.

No primeiro tipo de disputa, tem assento a discussão de ideias, a argumentação, a persuasão, terreno da Retórica, como ensina Aristóteles. Ganha-se a batalha quem consegue se valer melhor das estratégias retórico-argumentativas para obter a adesão do auditório.

Nesse tipo de discurso, garantem relevo os assuntos que estão por vir, isto é, o tempo futuro é a base. A isso, Aristóteles, Cícero e Quintiliano, da Retórica Clássica, chamam de gênero deliberativo, no qual são postas em discussão as matérias mais importantes para que se tome decisões, se delibere. Os autores da Nova Retórica, como Perelman e Olbrechts-Tyteca, também tratam do deliberativo, sob uma perspectiva que revisita o clássico, mas lhe dá contornos mais contemporâneos. Charaudeau, autor da Linguística, por sua vez, escreve uma obra sobre o discurso político e apresenta um arcabouço teórico que serve de parâmetro para análises retóricas.

É nesse contexto que este trabalho está ancorado. Discutimos aqui o gênero deliberativo – a quem passamos a chamar também de político para melhor situá-lo – a partir da seguinte questão de pesquisa: de que forma os elementos persuasivos influenciam na qualidade da deliberação pública.

Objetivamos, assim, analisar quais são os expedientes retóricos que um político lança mão para persuadir o seu auditório a partilhar de sua tese.

Para melhor atingir esse intento, escolhemos como *corpus* excertos de discursos de Winston Churchill, estadista britânico da década de 1940, que tinha por hábito apresentar-se ao seu auditório com discursos potentes.

Como metodologia, optamos, então, pela análise retórica focada na tríade aristotélica: *ethos*, *pathos* e *logos*, com subsídio teórico de Cícero, Quintiliano e um quadro-síntese bastante eficiente sobre *ethos*, a partir dos pressupostos de Charaudeau.

Com a aplicação dessas categorias de análise ao *corpus* escolhido, ficou evidente que o orador – Churchill – tem um discurso pautado no *logos*, ao usar de uma racionalidade argumentativa em seu dizer, mas que lança mão, também, do *pathos*, para

suscitar emoções ao auditório a que se dirige e reforçar o *ethos* de um estadista que inspira confiança e é bem qualificado em termos charaudeaurianos.

Desse modo este artigo, além da introdução, está estruturado em uma seção teórica, outra de análise retórica e com fechamento nas considerações finais.

Aspectos Teóricos do Discurso Deliberativo

Aristóteles (s/d) nos explica sobre os três tipos de discurso: deliberativo, jurídico e epidítico. A utilidade de cada um desses gêneros é diferente e apresentam contextos distintos, assim como seus objetivos também são diversos. No gênero deliberativo ou político, por exemplo, o orador busca persuadir a audiência a tomar uma decisão futura, geralmente em contextos políticos, em que são debatidos interesses e propostas. O gênero forense concentra-se em questões do passado, tipicamente em ambientes judiciais, em que se argumenta a respeito da culpabilidade ou inocência de alguém e o gênero epidítico é voltado para o presente e está centrado na exaltação ou crítica de indivíduos ou ideias, como em discursos cerimoniais, que visam provocar emoções e reforçar valores sociais. Como se observa, cada um desses gêneros contribui de maneira significativa para a formação da opinião pública e para a construção de significados em diferentes contextos sociais e culturais.

Este artigo objetiva explicar o que seja o gênero deliberativo que, conforme visto, é basicamente voltado para o futuro e está quase sempre presente em discursos políticos e debates. O objetivo do orador, nesse caso, é persuadir o público a aplicar uma ação específica ou a adotar posições sobre tema relevante. A eficácia desse gênero está na capacidade de apresentar informações e, também, argumentos que auxiliem na construção de uma base lógica para o que o orador propõe.

O gênero deliberativo se concentra na utilidade e nas consequências das ações sugeridas e o orador utiliza várias estratégias retóricas, quase sempre ligadas ao *logos*, que podem incluir dados estatísticos, exemplos concretos e apelos à lógica, todos projetados para influenciar a decisão do auditório. A título de ilustração, ao debater sobre uma plataforma de governo, o orador pode apresentar a justificativa, composta de benefícios, sobre porque defende determinadas pautas e quais seus impactos para a comunidade a ser beneficiada.

Para Aristóteles (s/d), um discurso deliberativo eficaz deve considerar as características e as expectativas do auditório. Dessa forma, o bom orador deve ser capaz

de identificar valores e preocupações do seu público com o objetivo de moldar o discurso aos seus anseios. Ao considerar de quem se trata tal auditório e quais suas prioridades, o orador adapta sua mensagem para ampliar a chance de persuasão. Em outras palavras, o orador movimenta seu discurso para adequar às paixões e garantir que queiram continuar a ouvi-lo.

Ao lembrarmos que o filósofo estabeleceu que a retórica é a arte de descobrir em cada caso os meios de persuasão que são mais eficazes, o discurso deliberativo tem como objetivo *aconselhar* – mostrar que determinada ação futura é útil ou vantajosa para um auditório (cidade, grupo, país) e *dissuadir* – evidenciar de que forma aquela ação pode ser prejudicial ou danosa.

É o caso, também, de mencionar os pilares da retórica por ele estabelecidos: *ethos*, *pathos* e *logos*, sem os quais, qualquer discurso poderá ser prejudicado: o primeiro, como o caráter, os valores, a imagem do orador; o segundo, as paixões que o discurso deverá despertar no auditório e o terceiro, o conhecimento, a lógica, o discurso em si.

O foco temporal do discurso deliberativo é o futuro, ao contrário dos outros dois tipos de discurso, pois precisa mostrar o que deve ser feito e não algo que já passou (judiciário) ou uma ação no presente (epidítico). Assim como nos diz Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999), o deliberativo trata com o possível, o provável e tenta prever o resultado de determinada ação.

Os valores centrais, dessa forma, são o útil e o prejudicial, ou seja, 1) caso determinada ação seja proposta, poderá conduzir ao bem-estar, à felicidade (Eudaimonia) ou à vantagem de uma comunidade, cidade, país – o útil, portanto; 2) se levar a prejuízos ou danos, o discurso fracassará e o orador deverá ser capaz de comprovar sua inconveniência [discurso] – prejudicial, neste caso.

Para Aristóteles, o discurso deliberativo era pronunciado em uma Assembleia ou Conselho, locais em que os cidadãos se reuniam para decidir sobre leis, guerras, finanças, política externa e o que fosse necessário. Em outras palavras, para o filósofo, o critério que importa no discurso deliberativo é a utilidade ou conveniência e se tal assunto tratado redundará em benefícios ou se será prejudicial.

Aqui já podemos estabelecer uma diferença com os modernos, em que o deliberativo está destinado, em parte, às grandes massas, às mídias.

Conforme Cícero, em *De Oratore*, o grande estadista romano que via a retórica como ferramenta de liderança moral e política a serviço do estado, o foco principal do

discurso deliberativo era a prática do orador ideal, assim a retórica [deliberativa] era a mais importante, uma vez que o bom orador era aquele que servia o bem público.

O foco temporal, assim como Aristóteles, estava no futuro, porém com ligações ao passado, pois seus discursos apelavam à História como forma de comprovar ações. Falava em fatos históricos para justificar ações futuras. Aliás, esse aspecto de seus discursos é bastante relevante. Construía discursos deliberativos memoráveis com finalidade de convencer ações futuras com base em episódios importantes de histórias passadas. Negligenciava erros ocorridos e utilizava acertos como exemplos, considerados instrumentos chave a serem seguidos.

Outra característica importante de Cícero associada ao deliberativo e utilizado largamente em seus discursos políticos é o valor de julgamento: honesto e útil – que fazem parte, em Aristóteles, aliás, do *ethos* do orador. Além desse aspecto, Cícero integrou o deliberativo aos cinco cânones da retórica: invenção, disposição, elocução, memória e ação com finalidade de sistematizar a criação de um discurso organizado. Talvez por isso tenha sido considerado o grande orador romano, principalmente no que concerne aos políticos.

Por outro lado, o foco do discurso deliberativo, em Quintiliano, o grande educador romano, é a formação moral do orador, pois argumenta que a excelência da oratória é inseparável da excelência do caráter. Entendemos ser possível estabelecer um paralelo com Aristóteles, que já afirmava ser o *ethos* importante na tríade retórica, uma vez que o caráter molda o orador.

O foco é, diferentemente dos outros dois filósofos, o pedagógico: uma busca pelo orador perfeito e o tempo é o futuro. Para Quintiliano, o valor de julgamento é a moralidade e a honestidade, considerados como absolutos, ou seja, o orador jamais deve defender o que seja imoral, mesmo que traga benefícios temporários. Esse aspecto é bastante relevante, considerando que, em política moderna, parece que os valores se encontram, de certa forma descartáveis, não importantes. De qualquer forma, nos discursos a serem analisados, veremos a defesa da moralidade.

Exemplos de imoralidade em discursos modernos aparecem quando políticos apresentam: dados econômicos falsos ou exagerados sobre criação de empregos, segurança pública ou desempenho fiscal adulterados com finalidade de criação ou obtenção de apoio, violação da verdade em afirmações falaciosas, incentivo ao discurso de ódio, desumanização de grupos minoritários, polarização radical.

Aliás, Atienza (2017) nos diz que as falácias podem ser apresentadas como bons argumentos, sem realmente sê-lo e sugere que podem ser classificadas em:

formais, materiais e pragmáticas, conforme infrinjam alguma regra da argumentação de caráter formal (lógico), material (metodológico) ou pragmático. Elas podem ser cometidas a título de dolo (com intenção: os sofismas) ou de culpa (por imprudência: os paralogismos) (p. 76)

Essas falácias, portanto, estão contra os princípios de quaisquer dos três filósofos citados até o momento: Aristóteles, que reforçava a importância do *ethos*; Cícero, que colocou foco na legitimidade moral, pois afirmava que a ética deve ser um critério de persuasão tão importante quanto a vantagem prática; e Quintiliano, para quem o orador ideal é o imperativo moral.

O caráter moral é a grande influência do terceiro filósofo para a política moderna: é importante que os políticos prestem contas de seus atos. Um político que demonstre falta de moralidade perde o *ethos* mesmo que seus argumentos sejam sólidos. É esperado que o líder político seja ou, pelo menos pareça ser, modelo ético. As campanhas políticas colocam foco na biografia, na vida pessoal e na conduta moral do candidato.

Em um salto de mais de 2.000 anos, encontramos Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (1999). Eles tratam o discurso deliberativo não como um gênero (Aristóteles), mas a própria essência da argumentação que busca a adesão e, portanto, na revalorização da arte de persuadir por meio do *logos* aplicado não ao verdadeiro, mas ao plausível, ao possível, ao preferível – domínio da política por excelência.

O conceito de auditório universal e particular, principalmente o primeiro, conforme esses autores, é uma construção mental do orador e representa a humanidade racional e ideal. O orador deve se esforçar, no discurso político, por criar argumentos aceitáveis por sua razoabilidade em qualquer tempo e lugar, o que deve funcionar como padrão normativo no debate político. Caso determinado argumento a respeito de deliberação futura (política) apele apenas a interesses restritos, o orador falhará em convencer o auditório universal e será considerado fraco.

As teorias elaboradas sobre o discurso deliberativo em Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999) não têm intenção de provar que as ações serão absolutamente úteis, mas precisarão apenas obter uma concordância de que sejam ações razoáveis, justas e vantajosas. Logo, é preciso que haja uma boa aceitação.

Esses autores utilizam uma série de argumentos, classificados na obra Nova Retórica, para que o discurso deliberativo se efetive e um deles, já utilizado por

Quintiliano, é o **exemplo**, que faz parte dos argumentos que sustentam a estrutura do real. A **analogia** também é bastante utilizada nos discursos que reforçam que o governo deve gerir o orçamento como uma família, ou de **dissociação**, aqueles que separam a aparência da realidade.

Charaudeau (2006), linguista francês, vê o discurso político como uma encenação que só funciona se houver um Contrato de Comunicação entre o ator político e o cidadão – chamemos de auditório – o qual possui três dimensões: 1) legitimação, em que o político precisa provar que tem autoridade para falar (*ethos* focado na função que pretende exercer), 2) construção da realidade, deve mostrar uma realidade compartilhada (problema), a partir de narrativas de denúncia e promessa e 3) confiança, em que ele deve convencer de que tem vontade e capacidade de resolver os problemas.

Embora o foco desse autor esteja mais nas estratégias narrativas e ele não faça uma ligação clara e específica do político com o deliberativo, cremos ser importante citá-lo, uma vez que comenta a importância da política, a exemplo de Perelman e Olbrechts-Tyteca, por colocá-la na instância do possível, do desejável, no espaço da persuasão, do discutível, além de tratar esse discurso como lugar do parecer, do convencer; da persuasão por emoção (*pathos*) e razão (*logos*); mentira política e perversidade, além de fazer um estudo aprofundado do *ethos* dos atores políticos.

As imagens, segundo Charaudeau (2006), que os políticos transmitem não são fáceis de apreender, ou seja, às vezes se contradizem: algumas precisam mostrar valor positivo e esse positivismo pode conduzir um valor negativo. Um exemplo claro é o valor poder derivado da situação econômica do sujeito [se fosse pobre, perderia credibilidade]

O quadro a seguir mostra alguns tipos de *ethos* conforme Charaudeau:

Quadro 1: *Ethos* em Charaudeau

<i>Ethos</i>	Descrição
Sério	Índices corporais e mímicos: certa rigidez na postura do corpo, seriedade, tranquilidade, autocontrole, ausência de acessos de cólera, energia, capacidade de trabalho, onipresença em várias linhas de frente, ausência de participação em atividades frívolas, ausência de desvios na vida privada, tom firme na fala, austeridade.
Virtuoso	Deve transmitir: sinceridade, coragem, lealdade, transparência, fidelidade, honestidade pessoal, sempre seguir mesma linha de pensamento e ação.

Competente	Deve possuir: saber e habilidade, exercer atividades com correção, obter resultados positivos, conhecer as engrenagens. Herança, estudos, funções, experiências diversas.
Potente	Energia física. O poder não pode ser atributo individual, pertence a um grupo, virilidade, espírito de conquista, excelência, certo orgulho, determinação em agir.
Caráter	Força do espírito, personalidade controlada, não criar desconforto no oponente, força tranquila, calma, tenacidade combativa, vontade de vencer, confiança em si, coragem.
Inteligente	A partir do imaginário coletivo: maneira de agir e falar, vida privada, cultura, ‘ser um homem de bem’, boa formação, manifestações artísticas e culturais, conhecimento diversificado e profundo, astúcia, escrita notável, livros que lê e escreve, participação em programas, hábil na conversação.
Humano	Capacidade de demonstrar sentimentos, compaixão, capacidade de confessar fraqueza, sem mostrar pobreza, confessar (de forma que não demonstre fraqueza), coragem, sinceridade, responsabilidade, intimidade.
Chefe	Marca de reciprocidade, guia supremo, comandante, condutor de homens, moral ilibada, fiador do passado, inspirado, visionário, fonte de inspiração, não entra em discussões, visão clara entre o bem e o mal, esclarecido
Solidário	Atento às necessidades, reciprocidade entre atos e declarações, consciente das necessidades dos outros, estar atento, saber ouvir, respeito ao próximo.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Charaudeau (2006, p. 120-166)

Acreditamos que o quadro 1 esclarece boa parte do que o discurso deliberativo defende com relação ao *ethos* do ser político, além de não ir contra o que Aristóteles, Cícero, Quintiliano e Perelman disseram.

A seguir, trataremos de uma análise de dois trechos de discursos de Winston Churchill, proferidos em 1940, por ocasião da II Guerra Mundial, quando foi primeiro-ministro da Inglaterra. Embora a intenção do artigo não seja histórica, é importante que situemos tais textos historicamente.

Aspectos Analíticos do Discurso Deliberativo

Quando a Segunda Guerra Mundial teve início, em setembro de 1939, Winston Churchill era Primeiro Lorde do Almirantado e, em maio de 1940, tão logo as forças alemãs invadiram a Polônia, França e os Países Baixos, ele foi chamado ao cargo de Primeiro-Ministro do Reino Unido, que enfrentava grande crise.

Churchill foi, segundo informações obtidas no próprio site do governo, “estadista, escritor, orador e líder inspirador que conduziu a Grã-Bretanha à vitória na Segunda Guerra Mundial”²⁶. Além de interferir diretamente nos resultados da II Grande Guerra, é conhecido pela sua determinação inabalável em lutar e chegou a receber o Prêmio Nobel de Literatura em 1953 por suas numerosas obras publicadas.

Os dois fragmentos de discurso escolhidos ficaram marcados na História Universal e cremos que esse fato, por si, já apresenta força retórica na análise que seguirá. Em 13 de maio de 1940, pronunciou o discurso conhecido como “Sangue, sofrimento, lágrimas e suor”, do qual reproduzimos um trecho²⁷.

(...) Direi à Câmara o mesmo que disse aos que entraram para este Governo: ‘Só tenho para oferecer sangue, sofrimento, lágrimas e suor’. Temos perante nós uma dura provação. Temos perante nós muitos e longos meses de luta e sofrimento. Perguntam-me qual é a nossa política? Dir-lhes-ei; fazer a guerra no mar, na terra e no ar, com todo o nosso poder e com todas as forças que Deus possa dar-nos; fazer guerra a uma monstruosa tirania, que não tem precedente no sombrio e lamentável catálogo dos crimes humanos. Essa é a nossa política. Perguntam-me qual é o nosso objetivo? Posso responder com uma só palavra: Vitória – vitória a todo o custo, vitória a despeito de todo o terror, vitória por mais longo e difícil que possa ser o caminho que a ela nos conduz; porque sem a vitória não sobreviveremos (...)’²⁸

O próprio título mostra a força retórica do *logos* que transparece no *pathos* dos termos escolhidos pelo orador. Interessante que o *logos* dos substantivos concretos sangue, trabalho, lágrimas e suor (diferentemente da tradução que aparece no site, mas não menos impactante), transmitem o *pathos* de: 1) sacrifício necessário - sangue, 2) esforço – trabalho e suor, 3) sofrimento – lágrimas. Assim, vemos que o *pathos* está imbricado no *logos* e reforça a o *ethos* de orador determinado.

O fragmento mostra, na sua extensão que somente existirá sucesso com muito esforço e sacrifício. Os termos “dura provação”, “longos meses de luta e sofrimento”, “monstruosa tirania”, “por mais longo e difícil que possa parecer” também intensificam a extensão do único caminho possível para a vitória necessária, segundo o estadista.

O orador apresenta um *ethos* de estadista virtuoso, potente, determinado, inteligente, capacitado e de caráter combativo, conforme Charaudeau (2006): “Dir-lhes-

²⁶ <https://www.gov.uk/government/history/past-prime-ministers/winston-churchill>

²⁷ <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/almanaque/palavras-de-um-literato-conheca-os-discursos-verdadeiros-de-churchill.phtml>, acesso em 30 de novembro de 2025

²⁸ No original, “blood, toil, tears and sweat” – sangue, trabalho, lágrimas e suor.

ei; fazer a guerra no mar, na terra e no ar, com todo o nosso poder e com todas as forças que Deus possa dar-nos; fazer guerra a uma monstruosa tirania, que não tem precedente no sombrio e lamentável catálogo dos crimes humanos.”. Os adjetivos: monstruosa (tirania) e lamentável (catálogo dos crimes humanos), somados à força que pretende despendar durante os ataques, sejam por terra, água ou ar, acrescentam a disposição do orador em não arrefecer, e conferem o de fortaleza diante das grandes ameaças e adversidades do momento.

Tais características são próprias do discurso deliberativo, que projeta e propõe soluções para problemas presentes que podem afetar o futuro. Assim, conforme Aristóteles, Churchill busca persuadir o auditório a tomar uma decisão futura em contextos político, a partir de um debate com interesses específicos e proposta muito clara: lutar pela vitória. Além disso, o discurso mantém certa aproximação com a epígrafe aristotélica que abre este artigo. Churchill demonstra conhecer o poder e a força da Grã-Bretanha para lutar em uma guerra e declara, de forma veemente, que combaterá a qualquer custo o inimigo, o que deixa implícito que acrescentará forças, se necessário.

Cícero é lembrado, pois o orador associa ao deliberativo um valor de julgamento honesto e útil e Quintiliano também pode ser citado ao considerarmos que o discurso não é desprovido de valores morais:

Consideramos também Perelman e Olbrechts-Tyteca que tratam o discurso deliberativo como a própria essência da argumentação que busca a adesão, uma vez que é exatamente o que Churchill propõe: uma adesão absoluta: “Vitória – vitória a todo o custo, vitória a despeito de todo o terror”. Aqui vemos que o auditório a que ele se dirige é universal, pois representa a humanidade racional. O orador se esforça, nesse discurso político, por criar argumentos que conduzam a uma deliberação única: a vitória. Não se trata de um apelo a interesse restrito, mas de um futuro avassalador “Temos perante nós uma dura provação. Temos perante nós muitos e longos meses de luta e sofrimento” caso não haja adesão às propostas apresentadas em seu discurso político. Não parece haver solução a menos, aceitar os argumentos e lutar.

O recorte a seguir, pretende reforçar o que dissemos anteriormente sobre o discurso político:

(...) Muito embora grandes extensões da Europa e antigos e famosos Estados tenham caído ou possam cair nos punhos da Gestapo e de todo o odioso aparato do domínio nazista, nós não devemos enfraquecer ou fracassar. Iremos até o fim. Lutaremos na França. Lutaremos nos mares e oceanos, lutaremos com confiança crescente e força crescente no ar,

defenderemos nossa ilha, qualquer que seja o custo. Lutaremos nas praias, nos terrenos de desembarque, lutaremos nos campos e nas ruas, lutaremos nas colinas; nunca nos renderemos, e se, o que eu não acredito nem por um momento, esta ilha, ou uma grande porção dela fosse subjugada e passasse fome, então nosso Império de além-mar, armado e guardado pela Frota Britânica, prosseguiria com a luta, até que, na boa hora de Deus, o Novo Mundo, com toda a sua força e poder, daria um passo em frente para o resgate e libertação do Velho.²⁹

No excerto escolhido para análise, o orador inicia com o firme propósito de não se deixar abater pelas forças antagônicas, embora outras nações tenham caído, ou seja, a deliberação é sobre a questão mais vital: continuar a lutar, não importa o custo: “Muito embora grandes extensões da Europa e antigos e famosos Estados tenham caído [...] nas mãos de todo o odioso aparato do domínio nazista, nós não devemos enfraquecer ou fracassar”.

O foco temporal, conforme visto em Aristóteles, Cícero, Quintiliano, Perelman e Charaudeau, é o futuro e os verbos empregados exemplificam: *iremos* até o fim, *lutaremos* (repetido várias vezes), *defenderemos* nossa ilha, não nos *renderemos* e o valor central é o útil e honesto. A única opção oferecida pelo orador, aliás pragmática para a sobrevivência e honrosa, é a resistência absoluta. Não há aceitação em render-se a um “odioso aparato do domínio nazista, nós não devemos enfraquecer ou fracassar”. Ao considerar que o nazismo é odioso, desqualifica o oponente e mostra a necessidade de se fortificar e não se deixar abater sequer pela possibilidade de fracasso. Trata-se de um *ethos* potente, fortalecido na dificuldade e de caráter ilibado (Charaudeau, 2006).

Apesar de o início do trecho comentar sobre ameaça e demonstrar *pathos* ameaçador - a paixão do medo de uma calamidade, o perigo verdadeiro e iminente: “grandes extensões da Europa tenham caído”, o *ethos* do orador sobressai, com determinação “nós não devemos enfraquecer ou fracassar”.

A presença da anáfora de resistência (*pathos* de coragem) na repetição do verbo “lutaremos” não é um recurso estilístico, apenas. Trata-se de um dispositivo de mobilização do *pathos*: Churchill transforma uma ordem em discurso deliberativo de compromisso moral e físico (Cícero, Quintiliano). A enumeração “lutaremos nas *praias*, nos *terrenos* de desembarque, nos *campos*, nas *ruas*, nas *colinas*” mostra que não há

²⁹ Discurso proferido em 4 de junho de 1940, <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/almanaque/palavras-de-um-literato-conheca-os-discursos-verdadeiros-de-churchill.phtml>, acesso em 30 de novembro de 2025

retorno: a luta ocorrerá sempre e onde precisar, em mais uma demonstração de *ethos* de força, potência.

Ao utilizar o pronome “nós” em “nós não devemos enfraquecer” estabelece o *ethos* de solidariedade e liderança compartilhada: “Iremos até o fim”. Reforça a firmeza do líder destemido para incutir confiança pessoal ao afirmar

[...] e se o que eu não acredito nem por um momento, esta ilha, ou uma grande porção dela fosse subjugada e passasse fome, então nosso Império de além-mar, armado e guardado pela Frota Britânica, prosseguiria com a luta, até que, na boa hora de Deus, o Novo Mundo, com toda a sua força e poder, daria um passo em frente para o resgate e libertação do Velho³⁰

Os verbos no pretérito do subjuntivo mostram que, se fossem subjugados, o que ele não crê, ainda assim haveria redenção, uma vez que o Novo Mundo viria salvá-los. Em outras palavras, mesmo que ocorra o que ele “não crê”, pois está convicto da Vitória, ainda assim haverá redenção.

Dessa forma, o *logos* da contingência apresenta um argumento lógico de último recurso. Na hipótese de ser subjugado, veemente negada – eu não acredito nem por um momento – elabora um plano B: a “Frota Britânica e o Império de além-mar” continuarão a luta. Assim. Esse último argumento pode ser capaz de transformar o medo em raciocínio estratégico, ou seja, a resistência britânica é útil em qualquer forma. Mais uma vez, o *logos* que serve ao *pathos* para sustentar a coragem com uma possibilidade, com talvez, uma probabilidade.

Podemos afirmar que o discurso político, dessa maneira, que delibera sobre o futuro, funda-se na retórica aristotélica com utilização do *ethos*, *pathos* e *logos*, em conceitos de Cícero, Quintiliano, Perelman e Olbrechts-Tyteca e na teoria narrativa de Charaudeau, sem que nenhum deles obscureça o outro.

Considerações finais

Na retórica deliberativa, em que se decide sobre o que é bom e conveniente, os oradores tratam de alguns assuntos específicos, de acordo com Aristóteles, dentre eles,

³⁰ Discurso proferido em 4 de junho de 1940,
<https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/almanaque/palavras-de-um-literato-conheca-os-discursos-verdadeiros-de-churchill.phtml>, acesso em 30 de novembro de 2025

guerras e defesa nacional. Pautados nesses dois temas, escolhemos fragmentos de dois discursos de Churchill que ilustram bem a inserção dessas duas matérias.

Com o suporte teórico da Retórica Clássica, da Nova Retórica e da narrativa de Charaudeau, analisamos retoricamente o dizer do estadista em um contexto histórico em que se defendia a soberania nacional da Grã-Bretanha e posicionava a nação como aquela que não aceitava senão a Vitória, no cenário conflituoso.

Observamos, à luz das provas retóricas intrínsecas que o discurso do orador se movimentou estratégica e argumentativamente entre o *ethos* de um governante imponente, convicto da grande vitória e que não se curvaria às ameaças dos inimigos, passou pelo *pathos*, ora com paixões ameaçadoras, ora com emoções sensibilizadoras e se firmou em um *logos* que apresentou argumentos contundentes com o fim de mostrar a força do povo britânico e sua coragem de vencer, não apenas uma batalha, mas a guerra, a qualquer custo.

Vimos que os elementos persuasivos – pautados nas provas já citadas e nos recursos de elocução, como anáforas, analogias, verbos no tempo futuro e no modo subjuntivo – influenciaram na qualidade da deliberação pública do orador, o que responde à nossa questão de pesquisa.

Nesse sentido, este artigo contribui para entendermos, ainda que, de forma breve e por um viés da retórica, como se constitui o discurso político.

Por fim, compreendemos a limitação do nosso estudo e, para trabalhos futuros, consideramos conveniente uma análise retórica mais ampliada que selecione como categorias os argumentos ou a construção do discurso baseado nos cânones retóricos: invenção, disposição, elocução, memória e ação, conforme Cícero, pois, dessa maneira, poderá ser analisado todo o planejamento do discurso.

Referências

ARISTÓTELES. **Arte Retórica**. São Paulo: Contexto, s/d.

ATIENZA, Manuel. **Curso de argumentação jurídica**. Trad. Claudia Roesler – 1.ed. - Curitiba: Alteridade, 2017. Disponível em: <https://www.alteridade.com.br/wp-content/uploads/2018/05/Volume-1-Curso-de-Argumenta%C3%A7%C3%A3o-Jur%C3%ADdica-Sum%C3%A1rio.pdf?srsId=AfmBOop9pHw7jPPL1qIfnrAkylE7QiNsLA28mONdIfnZNwKVRvXw70oC>. Acesso em: 30 nov. 2025.

AVENTURAS NA HISTÓRIA. **As palavras de um literato:** Conheça os discursos verdadeiros de Churchill. 2020. Disponível em:
<https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/almanaque/palavras-de-um-literato-conheca-os-discursos-verdadeiros-de-churchill.phtml>. Acesso em: 30 nov. 2025.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CÍCERO, M. T. **De Orator**. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação – a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

QUINTILIANO. **Instituição Oratória**. Tomo I, Livro III. Tradução de Bruno Fregni Bassetto. Campinas, SP: Unicamp, 2015.

VERBUM – CADERNOS DE PÓS GRADUAÇÃO – ISSN 2316-3267